O Estado Absolutista / O Absolutismo Monárquico

Introdução

Absolutismo é o sistema político no qual toda a autoridade está concentrada na pessoa do soberano.

O absolutismo nasceu com as monarquias nacionais, no início dos Tempos Modernos (século XVI) e atingiu o auge no século XVII, com Luís XIV, da França.

Durante o século XVIII, na Europa, continuou a mesma forma de governo, mas em vez de absolutismo, falava-se então em "despotismo esclarecido". As revoluções dos fins do século XVIII e decurso do século XIX puseram fim ao Antigo Regime (forma de governo anterior à Revolução Francesa de 1789) e, com ele, ao absolutismo na França.

Na Inglaterra, o absolutismo foi iniciado por Henrique VIII e consolidado por Elizabeth I, no século XVI. Vigorou até o século XVII, quando foi limitado pelas Revoluções Inglesas.

A ascensão do poder real

O poder real cresceu ao mesmo tempo em que progrediu o Estado nacional. O rei representava o ideal nacional, o interesse da nação. Exercia de fato o poder: baixava leis, organizava a justiça, arrendava a cobrança de impostos, mantinha o exército, nomeava funcionários, tudo em nome do

Estado que representava. As guerras acentuaram o sentimento de amor à pátria, cujo defensor era o rei. A concorrência comercial com outros países e a disputa dos mercados coloniais aguçou ainda mais as rivalidades e contribuiu para o fortalecimento do poder real.

Este poder crescente não resultou somente da vontade dos reis. Correspondeu a uma necessidade social: o poder forte era indispensável para que as decisões impostas pelas lutas políticas e econômicas entre as nações fossem tomadas rapidamente.

O rei atacou os particularismos das diferentes regiões do país e opôs-se aos privilégios das várias classes sociais; entrou em acordo com cada uma delas, preservando suas leis próprias e servindo de juiz nos seus conflitos, conquistando assim o direito de intervenção.

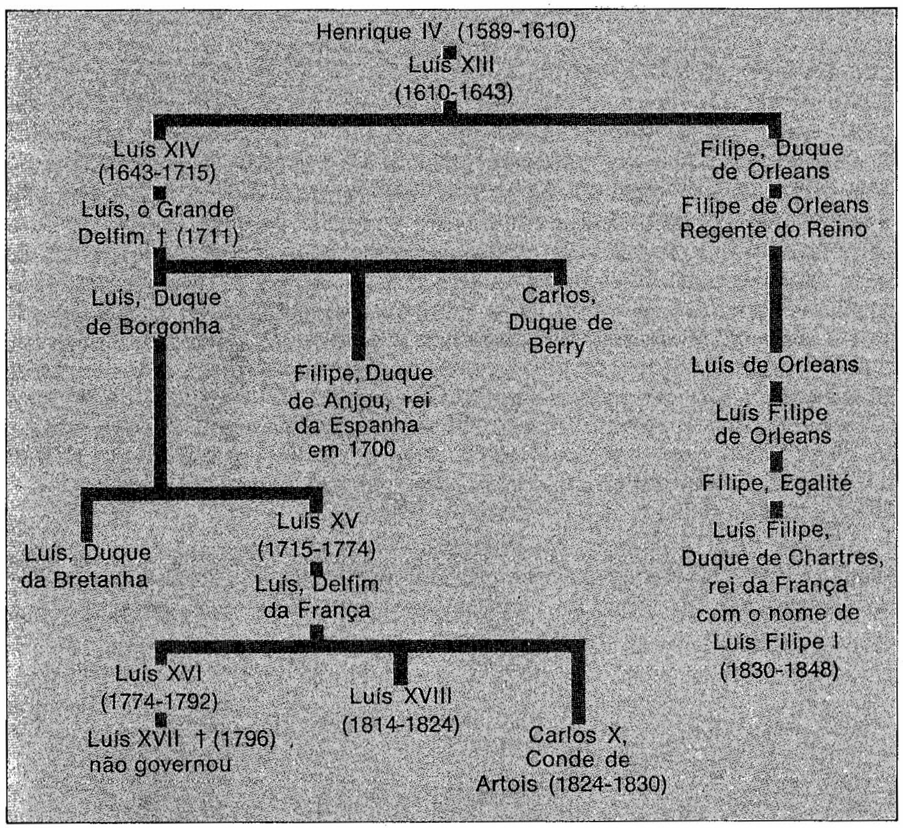
A luta entre as classes sociais foi o traço essencial do fortalecimento do poder real. O próprio rei instigou essa luta para sobrepor-se a ela. Protegeu o burguês, deu-lhe monopólios comerciais e industriais, arrendou-lhe os impostos, favoreceu-o na concorrência comercial contra os nobres e contra a Igreja. Também protegeu as corporações dos artesãos contra os empresários capitalistas, assegurando seus direitos, e defendeu os artesãos e comerciantes contra o proletariado. A burguesia foi nobilitada, integrando-se, pelo casamento, com a velha nobreza. Os nobres tinham nível de vida elevado: faziam muitas despesas com o vestuário, habitação, bailes, nisso consumindo suas rendas, já diminuídas pela inflação. Para se manterem, foram obrigados a aproximar-se do rei, de quem receberam o governo das províncias, postos de comando no exército (a guerra foi um meio de dar-lhes condições de subsistência) e pensões para os filhos. O nobre que vivia na corte dependia economicamente do rei — só recorrendo a ele poderia opor-se aos burgueses.

Em suma, o rei se equilibrou sobre as duas classes sociais mais importantes, mostrando um ligeiro favoritismo para com a burguesia.

A teoria do poder absoluto apresentava o rei como representante de Deus na Terra, defensor da Igreja e da Pátria, protetor das Artes, legislador e representante do Estado (cujos interesses estavam acima dos interesses particulares ou individuais).

Nicolau Maquiavel deve ser visto como um dos primeiros teóricos do poder real. Na obra **O Príncipe**, considerava que o rei tinha de ser racional na busca do interesse do Estado, o que justificava a utilização da violência. Para Maquiavel, o Estado pairava acima dos indivíduos. Jean Bodin, em **A República**, afirmava que o poder do rei é ilimitado, assemelhando-se à autoridade do próprio pai. Thomas Hobbes, em **Leviatã,** considerava que o Estado assume as proporções de um monstro; propõe que, inicialmente, a sociedade vivia em estado natural, de completa anarquia, e que os indivíduos formaram o estado civil para se protegerem contra a violência; só assim o poder do soberano era ilimitado, porque fora fruto do consentimento espontâneo. O mais importante entre todos os teóricos do poder absoluto foi Jacques Bossuet, bispo francês que escreveu **Política**, cujas idéias foram tiradas das próprias palavras da Sagrada Escritura. Para ele a autoridade do rei é sagrada e absoluta porque emana de Deus.

O poder absoluto na França



Dos Bourbons a Luís Filipe I.

Na França, o poder real progrediu lenta mas progressivamente durante todo o século XVI. As guerras de religião, que abalaram o país nos fins do século XVI e princípio do século XVII, retardaram o avanço do absolutismo. Mas, na segunda metade do século XVII, com Luís XIV, o absolutismo já se encontrava perfeitamente configurado.

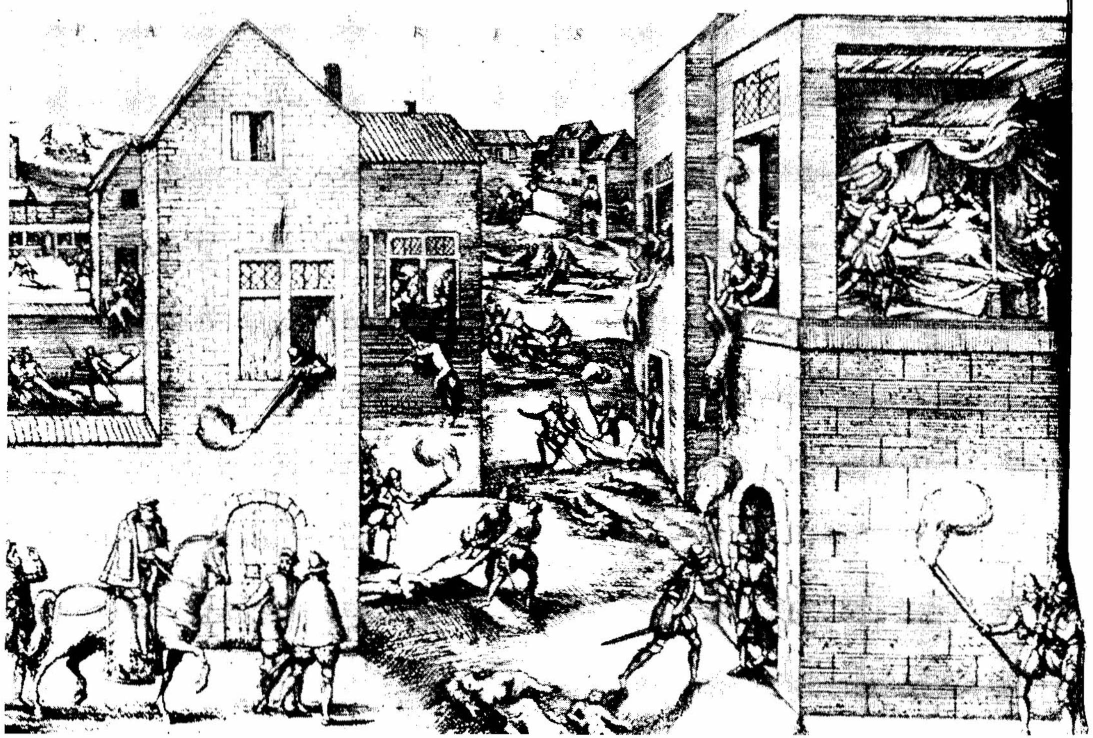
Por volta de 1520 começaram a aparecer em Paris os primeiros protestantes, que aos poucos vão conseguindo novos adeptos. Uns atraídos pelo reformismo, outros irritados com a perseguição, e todos, principalmente os nobres, preocupados com o aumento das prerrogativas do rei, elementos da burguesia e da nobreza vão se convertendo ao novo culto. Essa oposição à centralização e ao avanço crescente do poder real deu à luta religiosa na França indisfarçável caráter político.

Com Francisco II (1559-1560), o poder era praticamente exercido pela família católica dos Duques de Guise em virtude da fraqueza do rei. Os protestantes tentaram atrair o rei para o seu partido — dos huguenotes — numa conspiração chamada de Amboise. A reação dos católicos, liderados por Antônio de Guise, foi violenta, massacrando um grupo de protestantes que celebrava seu culto, em Vassy. A partir desse momento a guerra entre católicos e protestantes tornou-se incontrolável, caracterizando-se como um conflito generalizado, ainda que irregular e intermitente. Ambos os lados não hesitaram em pedir ajuda estrangeira: os huguenotes, donos de Ruão, entregaram o Havre a Elizabeth, rainha da Inglaterra, enquanto os Guise receberam subsídios de Filipe da Espanha.

Carlos IX sobe ao trono ainda criança e com isso complica-se ainda mais a situação na França. A rainha mãe, Catarina de Médicis, regente do filho, concedeu em 1570, pelo Edito de **Saint-Germain**, o direito aos protestantes de celebrarem seu culto nos subúrbios de pelo menos duas cidades por governança, e de disporem de quatro praças-fortes, entre as quais **Montauban** e **La Rochelle**, esta última considerada a capital da França huguenote. A trégua beneficiou os protestantes, que com o casamento de um príncipe da casa real de Bourbon com a rainha protestante do Reino de Navarra, conquistaram condições para que o herdeiro Henrique de Navarra, educado protestante, chegasse ao trono.

Temendo a influência do almirante Gaspar Coligny, líder dos protestantes, e uma hipotética conspiração dos protestantes, Catarina de Médicis ajustou com Henrique de Guise o assassinato de Coligny, mas o plano falhou. O Rei Carlos IX exigiu que se apurassem as responsabilidades e Catarina convenceu-o da existência de uma conspiração huguenote e da necessidade de reprimir os protestantes em Paris. Foi a "Noite de São Bartolomeu", a 24 de agosto de 1572, na qual foram assassinados cerca de 3 000 protestantes, entre os quais Coligny. Ressurgiu então a guerra, violentamente, estimulada pelo papa e seus representantes na França, envolvendo voluntários de toda a Europa.

A Noite de São Bartolomeu.



Dois anos depois morreu Carlos IX e subiu ao trono seu irmão, Henrique III, começando a disputa que ficou sendo conhecida como a "guerra dos três Henriques". Henrique de Guise, muito mais preocupado em conquistar a coroa do que defender a fé, fundou com os líderes católicos franceses a Liga Católica, que passou a exercer, juntamente com Catarina de Médicis, forte pressão sobre o Rei Henrique III. Este mandou assassinar Henrique de Guise e foi deposto pela Liga. Aliou-se em seguida com o protestante Henrique de Navarra e cercou Paris. Durante o cerco, em 1589, Henrique III foi assassinado e seu herdeiro legal acabou sendo Henrique de Navarra, a quem Henrique III designara seu sucessor. Henrique de Navarra assumiu o trono como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo: "Paris bem vale uma missa", expressão sua que entrou para a História.

No poder, Henrique IV iniciou a dinastia de Bourbon, que substituía a de Valois, reinante na França desde a Idade Média. Depois de se consolidar nas províncias, onde se concentrara a resistência da Liga, Henrique IV iniciou a expulsão dos espanhóis, conseguindo em 1598 firmar um tratado de paz com o Rei Filipe, o Tratado de Vervins. Para pacificar católicos e protestantes, nesse mesmo ano promulga o Edito de Nantes, pelo qual era dada liberdade de culto aos protestantes, bem como o direito de conservar algumas praças de guerra para sua defesa.

Henrique IV morreu assassinado por um fanático em 1610. Subiu ao trono Luís XIII, que também teve sua mãe como regente, Maria de Médicis, no início de seu reinado. A regente delega as tarefas reais ao cardeal Richelieu, que para fortalecer o poder real decide combater, mais uma vez, os protestantes. A perseguição termina com a tomada da fortaleza de **La Rochelle**, onde os protestantes tinham se refugiado, e, derrotados, perderam seus direitos políticos e militares. Conservaram apenas sua liberdade de culto. Ainda no plano interno, Richelieu opôs-se à nobreza e criou os intendentes, funcionários que fiscalizavam as províncias. Externamente procurou aumentar o poderio francês, chegando a intervir na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e com isso garantir os interesses da França na Europa.

Richelieu morreu em 1642 e Luís XIII, no ano seguinte. Subiu ao trono Luís XIV, sob a regência da rainha-mãe Ana d'Áustria e do Cardeal Mazzarino. Este governou até 1661. Os aumentos dos impostos decretados pela regência revoltaram a burguesia e a nobreza, que se uniram nas chamadas **frondas**. Essas revoltas diminuíram o poder real e desorganizaram a França.

O Rei-Sol

REI

- Dita a Lei
  - editos, ordenanças / cartas patentes — à administração — a particulares
- Exerce a Justiça Rei, o Justiceiro Supremo
  - com o chanceler (que preside na ausência do rei o Conselho das Partes)
  - com o Conselho das Partes
    - inquérito sobre particulares ou administrativos
    - apelos recebidos dos Parlamentos
- Governa e administra o reino
  - com seus conselheiros
    - Alto Conselho: o mais importante (Ministros de Estado)
    - Conselho de Finanças
    - Conselho dos Despachos
    - Conselho das Partes
  - com seus ministros
  - com seus "comissários e Intendentes"
    - Chanceleres
    - Controlador Geral das Finanças
    - 4 secretários de Estado: Negócios estrangeiros, Guerra, Marinha, Casa do Rei

A organização do absolutismo monárquico sob Luís XIV.

A morte de Mazzarino precipitou o governo pessoal de Luís XIV (1661--1715), que iria se caracterizar como o melhor exemplo do absolutismo.

Preparado desde a infância por Mazzarino para o exercício do poder real, Luís XIV sintetizou suas idéias absolutistas na frase **L'État c'est moi.** Logo que assumiu o governo, acumulou as funções de rei e de ministro, afastou os ministros permanentes, esvaziou o Conselho — base do governo no período anterior; o poder central ficou com a seguinte composição: o Conselho (composto de seis conselheiros), o chanceler, o diretor das finanças, secretários de Estado (da Guerra, da Marinha, da Casa Real e dos Assuntos Estrangeiros). Nas províncias foram confirmadas as intendências, ligadas diretamente ao poder central, e exercendo toda autoridade em matéria de justiça, finanças e polícia, além de fiscalizar os oficiais detentores dos cargos públicos locais e supervisionar a arrecadação tributária.

No plano social, Luís XIV promoveu a ascensão da burguesia, dela recrutando alguns ministros, como Colbert, promotor da política de industrialização. Para controlar a nobreza atraiu-a para a corte, oferecendo luxo, festas e pensões. O Palácio de Versalhes passou a acolher cerca de

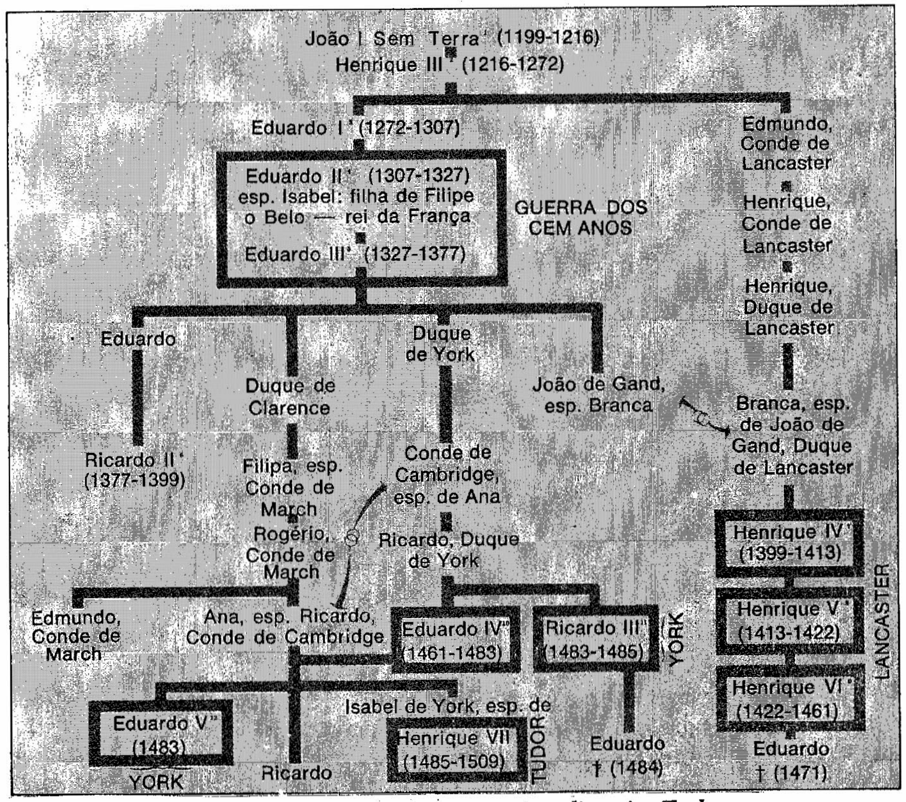
6 000 pessoas. Ao mesmo tempo em que a corte servia de compensação aos nobres pela perda do poder político, satisfazia a vaidade de Luís XIV, o "Rei-Sol", que adorava ver-se cercado por centenas de cortesãos a adularem-no.

Em 1685, redefinindo a política religiosa na França, Luís XIV aboliu totalmente o Edito de Nantes, o que determinou grande evasão de capitais, levados pelos protestantes que deixaram o país.

A política externa de Luís XIV envolveu a França em numerosas aventuras militares — como a guerra contra os Países Baixos e a da sucessão da Espanha — com objetivos expansionistas. Sempre visando à grandeza da França e sua hegemonia na Europa.

Com sua morte, em 1715, chega ao fim seu longo reinado e, ao mesmo tempo, o fim da supremacia francesa na Europa. Iniciava-se a fase da hegemonia da Inglaterra.

O absolutismo na Inglaterra



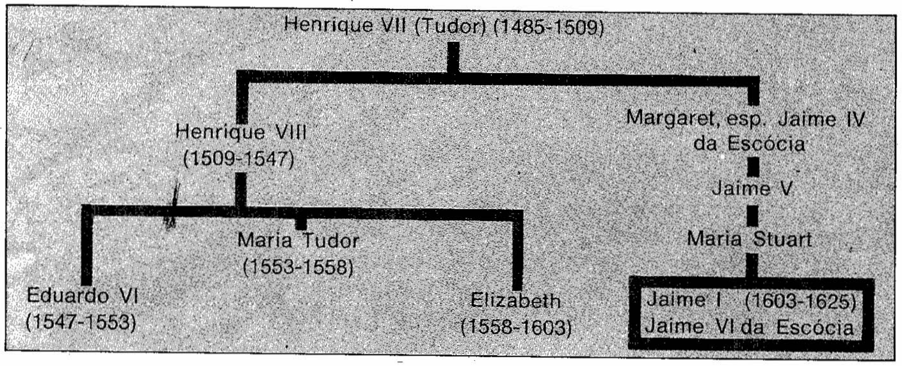
Fim da dinastia Plantagenetas e advento da dinastia Tudor.

O poder real na Inglaterra começou a se firmar nos inícios do século XVI, com a dinastia Tudor. Henrique VIII, segundo rei dessa dinastia, conseguiu impor sua autoridade aos nobres, graças ao apoio da burguesia interessada na expansão comercial. A luta com a Igreja permitiu-lhe assumir o controle das propriedades eclesiásticas na Inglaterra. O rei aumentou o seu poder político, assumindo o poder religioso, isto é, tornando-se chefe da Igreja Anglicana.

A última filha de Henrique VIII, Elizabeth I, conseguiu aumentar ainda mais o poder real. Desencadeou violenta perseguição religiosa, tanto a católicos quanto a protestantes, impondo definitivamente o anglicanismo como religião oficial do Estado. Concedeu monopólios comerciais e industriais aos comerciantes e empresários, aumentando as rendas da nação.

Durante o longo reinado de Elizabeth (1558-1603), o poder político absoluto foi implantado de fato. Restava torná-lo de direito, ou seja, legalizar o poder real e apresentá-lo como sendo de origem divina. É que até o momento, embora o Parlamento raramente fosse convocado e na realidade não tivesse praticamente poder nenhum, era ele que representava a nação e possuía o poder sob o ponto de vista legal.

A dinastia Stuart (1603-1688) tentou obter a legalização do seu poder real. Da mesma forma que na monarquia francesa, os Stuarts mantiveram-se no poder promovendo o equilíbrio entre as ordens sociais (senhores e burguesia capitalista em franca ascensão). A política religiosa pendeu para o catolicismo, que confirmava o direito divino do poder real.



Fim da dinastia Tudor, início da dinastia Stuart.

A administração do país foi organizada da seguinte maneira: o **Conselho Privado**, composto por elementos indicados diretamente pelo rei, tinha caráter consultivo e executava as determinações reais em matéria de finanças, leis, nomeação dos juízes provinciais, relações exteriores e convocação do Parlamento; várias **comissões** preparavam os assuntos a serem

discutidos pelo Conselho; o **gabinete particular** do rei, composto por três secretários secretos, informava-o sobre problemas de várias naturezas; a Justiça era exercida por **tribunais** especiais.

As rendas reais advinham das propriedades particulares do rei, dos cargos administrativos que ele vendia e dos monopólios que concedia. O aumento de impostos dependia da aprovação do Parlamento.

A afirmação absoluta do poder real provocou um choque com o Parlamento. A política de uniformização religiosa, por sua vez, deu origem a revoltas, que aumentaram com a tentativa de voltar a cobrar antigos impostos caídos em desuso. Os escoceses (que naquela época faziam parte da Inglaterra) recusaram-se a pagar esses impostos e a aceitar as imposições religiosas. Sua revolta tornou necessária a convocação do Parlamento, que se negou a apoiar o rei, exigiu a morte de dois dos seus ministros, suprimiu os impostos antigos e decidiu que deveria ser convocado regularmente (cada três anos).

O Rei Carlos I, compreendendo que os parlamentares queriam privá-lo do poder absoluto, tentou um golpe político mandando prender os principais deputados oposicionistas. Consumou-se a ruptura entre o rei e o Parlamento, dando início à guerra civil que limitou o poder absoluto, contribuindo a longo prazo para o estabelecimento do regime de governo parlamentarista na Inglaterra.

Documento básico

A Rainha Elizabeth I da Inglaterra vista por um contemporâneo:

"O governo depende inteiramente da rainha, que estabeleceu no país a total submissão, acompanhada de grande respeito e amor por parte do povo.

O Parlamento tinha antigamente muita autoridade no reino. Hoje, entretanto, segue os passos da rainha, porque dela depende.

Os barões são pouco numerosos e não se atrevem a desagradá-la. O povo sente tanta segurança por parte de sua rainha que lhe concede tudo que ela deseja.

Ela é princesa e tem muito espírito; é corajosa e possuidora de grandes qualidades. Fala espanhol, italiano, francês e latim, entendendo grego e sabe tudo sobre as Ciências e a História. Domina todos os afazeres do reino, não ignora os Estados vizinhos e julga-os com imparcialidade. É violenta para com os seus súditos.

Fez projetos grandes e generosos, mas teve medo das despesas, pois é muito pouco liberal. Em lugar de dar, prefere

receber. E todos os presentes que lhe dão valem mais de 60 000 escudos. Se vai visitar algum representante de um país, não é para fazer amizade, mas sim para receber um presente, ao partir. Há muito tempo manteve grande número de senhores prisioneiros a fim de gozar de seus bens e dos de suas esposas. Embora seja idosa e tenha 63 aиos, veste-se como uma adolescente."

Guilherme de Vair, **Avis sur la Constitution de L'État d'Angleterre,** citado por J. Monnier em **Histoire,** vol. IV, pág. 215.

Datas e fatos essenciais

1520: Surgem os primeiros protestantes em Paris.

1558-1603: Reinado de Elizabeth I, que impôs o absolutismo na Inglaterra.

1572: "Noite de São Bartolomeu", quando se deu o massacre dos protestantes franceses em Paris.

1589: Subiu ao trono da França Henrique IV, iniciando a dinastia dos Bourbons.

1598: Edito de Nantes, que estabeleceu a liberdade religiosa na França.

1643-1715: Reinado de Luís XIV, o "Rei-Sol", símbolo do absolutismo real europeu.

Resumo

1. O poder real e o Estado nacional cresceram paralelamente.
   a) O aumento do poder do rei foi conseqüência de uma necessidade social.
   b) Foi também conseqüência da luta de classes entre a nobreza e a burguesia, a qual era instigada pelo rei que com ela jogava politicamente.
2. Na França, o absolutismo foi retardado pelas lutas religiosas. Só na segunda metade do século XVII, com Luís XIV, é que o absolutismo foi implantado; em compensação surgiu na sua forma mais radical.
   a) O primeiro massacre de protestantes na França, o de Vassy, deu-se no reinado de Francisco II e desencadeou a guerra entre católicos e protestantes.
   b) Em 1572, Catarina de Médicis e Henrique de Guise convencem o Rei Carlos IX a reprimir os protestantes, precavendo-se contra uma hipotética conspiração. O rei deixa-se convencer e autoriza a "Noite de São Bartolomeu".
   c) Na disputa conhecida como a "guerra dos três Henriques" — Henrique III, Henrique de Guise e Henrique de Navarra —, restou Henrique de Navarra, que assumiu o trono como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo. Ele foi o iniciador da dinastia dos Bourbons.
   d) Em 1598, visando pacificar católicos e protestantes, Henrique IV promulga o Edito de Nantes, estabelecendo a liberdade religiosa na França.
   e) No reinado de Luís XIII, a figura mais importante foi Richelieu, que tudo fez para aumentar o poder real, bastante abalado pelas disputas religiosas.
3. Com a morte do Cardeal Mazzarino, Luís XIV assume pessoalmente o governo, que iria caracterizar-se como o melhor exemplo do absolutismo real na Europa.
   a) Luís XIV conseguiu implantar o absolutismo jogando com a burguesia e a nobreza. Concedeu favores e monopólios à primeira e atraiu os nobres para a corte, a fim de melhor controlá-los.
   b) **L'État c'est moi** define a visão absolutista de Luís XIV, conhecido também como o "Rei-Sol". Seu poder absoluto era considerado de origem divina e ele o defensor e juiz supremo da Pátria.
4. Na Inglaterra, o poder tornou-se absoluto com a rainha Elizabeth I, na segunda metade do século XVI.
   a) Henrique VIII, segundo rei da dinastia Tudor, iniciou o processo de afirmação do poder real, graças ao apoio que obteve da burguesia, interessada na expansão comercial da Inglaterra.
   b) A dinastia Stuart procurou a legalização do seu poder real, mas o Parlamento se opôs.
   c) O Rei Carlos I tentou um golpe político mandando prender os principais parlamentares que queriam privá-lo do poder absoluto, mas com isso consumou a ruptura entre o rei e o Parlamento, dando início à guerra civil que pôs fim ao absolutismo na Inglaterra.

Vocabulário

Arrendar impostos: vender a alguém o direito de cobrar impostos em nome do Estado.

Artesão: pessoa que trabalha por sua própria conta (trabalho manual), sozinha ou com o auxílio dos membros de sua família e de alguns companheiros.

Capitalista: pessoa que possui capitais (riqueza) para investimentos.

Consultivo: que é apenas consultado, sem que possa mandar realmente.

Corporação: associação de comerciantes ou artesãos que se juntam para defender seus interesses.

Corte: residência do rei; lugar onde ele se reúne com seus conselheiros; conjunto dos principais personagens que o rodeiam.

Direitos costumeiros dos povos: "leis não-escritas", costumes respeitados por todos.

Finanças: o tesouro do país.

Fronda: aliança da nobreza, burguesia e povo de Paris contra o aumento dos impostos decretados por Mazzarino, regente de Luís XIV. Foi a última ameaça à implantação do absolutismo na França.

Gabinete: ministério, principais auxiliares do chefe de governo.

Huguenote: designação depreciativa que os católicos franceses deram aos protestantes e que estes adotaram.

Intendência: região governada por um funcionário real muito poderoso, no Antigo Regime.

Intervenção: ato de poder central destinado a impor medidas necessárias para integrar política ou administrativamente na União um Estado-membro cuja ação esteja perturbando a União ou o próprio Estado-membro.

Parlamento: conjunto das Assembléias (geralmente duas) que exercem o poder legislativo (de fazer as leis); assim, o poder é exercido mais pela Câmara que pelo rei ou presidente.

Proletariado: operariado.

Província: divisão territorial colocada sob a autoridade de um delegado do poder central.

Soberano: que exerce o poder supremo; rei, senhor.